Director: Eduardo Graça

Órgão Central do Movimento de Esquerda Socialista Ano II Nº 59 1 de Maio de 1977 Preço 5$00

DEPÓSITO LEGAL
-0. MAI 1977

na página 3:

Poder Popular

. 3 anos passados sobre a jornada libertadora do 25 de Abril, 3 anos passados sobre o glorioso 1.º de Maio de 1974 em que as massas populares começaram a transformar um golpe militar contra o regime fascista num processo revolucionário, é este o único significado que o 1.º de Maio pode ter: uma jornada de **unidade, organização e luta!**

. Lutando, impusemos as nacionalizações, erguemos o controlo operário, avançámos na Reforma Agrária, saneamos os bufos, conquistamos melhores condições de trabalho e de vida, **lutando, defenderemos palmo a palmo estas conquistas!**

Com a unidade da classe operária, com a organização do Movimento Operário e Popular, teremos a força necessária para lutar e vencer.

O PACTO SOCIAL NÃO PASSARÁ!

O MOVIMENTO SINDICAL RESISTIRÁ A TODAS AS TENTATIVAS DE CISÃO!

. A jornada do 1.º de Maio tem de ser uma grande manifestação de unidade e luta de todos os trabalhadores portugueses.

De Norte a Sul, do continente às ilhas, a classe operária e os trabalhadores devem afirmar com força que não querem o pluralismo nem a divisão, que não querem «cartas abertas» nem outras manobras de divisão, que querem acima de tudo a unidade de classe e a Central Sindical Única, que querem uma central que seja mesmo sua, uma central democrática, apartidária e de classe, que querem a CGTP-INTERSINDICAL cada vez mais forte, sem conciliações, burocracias e práticas cupulistas!

. O MES, organização comunista e revolucionária, chama todos os trabalhadores, todos os revolucionários e antifascistas a erguerem bem alto neste 1.º de Maio a bandeira da luta contra a cisão sindical e o pacto social, pela mobilização do povo trabalhador contra a subida do custo de vida e o desemprego.

NÃO AO REFORMISMO!
NÃO À CONCILIAÇÃO!
NÃO AO RADICALISMO!

Os becos sem saída a que foram conduzidos dezenas de contratos de trabalho, porque se trocou a luta pela conciliação com o patronato;

. Os falhanços de controlo operário em dezenas de empresas, porque as comissões de trabalhadores se transformaram em órgãos de cúpula, não mobilizando os trabalhadores nem os organizando para a luta contra a sabotagem patronal;

. Os crescentes passos dados pelo Secretariado da CGTP-IN, no sentido da aceitação da negociação do pacto social, porque nada fez no sentido do esclarecimento e mobilização dos trabalhadores contra o pacto social e a adesão de Portugal ao Mercado Comum capitalista;

. Eis alguns dos resultados da política conciliatória e reformista do PCP no movimento sindical e no movimento operário.

. A alternativa a esta política conciliatória e reformista não está no radicalismo da UDP/PCP(R), que aponta o caminho que a mera oposição a essa política dita em cada momento, favorecendo muitas vezes os ataques à CGTP-IN e levando lutas para a derrota e a desmobilização.

. O MES, como organização comunista e revolucionária, chama todos os trabalhadores, todos os revolucionários e antifascistas, a erguerem bem alto neste 1.º de Maio a bandeira da alternativa revolucionária ao reformismo, ao radicalismo e à conciliação, a bandeira que a **corrente sindical revolucionária** tem sabido erguer, não só no Congresso dos Sindicatos, mas no dia-a-dia da luta anticapitalista, da luta contra os despedimentos, à luta pelos contratos.

RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA! POR UM GOVERNO DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

A jornada de luta do 1.º de Maio tem de ser uma grande manifestação de luta contra a política de cedências à direita e de submissão ao imperialismo do falso Governo socialista do dr. Soares.

O caminho da alternativa popular e revolucionária para a crise capitalista é o caminho da resistência popular activa contra o regresso dos patrões, contra a repressão que de novo se abate sobre os trabalhadores, como na Mariott e no Funchal, contra a libertação dos pides, bombistas e fascistas, pela defesa de todas as conquistas do 25 de Abril. É o caminho da luta por um Governo de independência nacional, um governo forjado na unidade, organização e luta de todos os explorados contra o fascismo, contra o imperialismo, pela independência nacional.

O MES chama todos os trabalhadores, todos os revolucionários e antifascistas, a erguerem estas bandeiras de luta nas jornadas do 1.º de Maio que a Central Única, CGTP-IN, leva por diante em todo o País, para que a luta se imponha ao folclore, para que a determinação e firmeza revolucionárias se imponham à conciliação!

O Secretariado da CC do MES

As soluções que o MES propõe para a actual crise do MUP

A actual situação do processo unitário caracteriza-se pela redução política e organizativa do MUP a uma estrutura orgânica interpartidária.

Quèr isto dizer que, para o MES, o MUP não constitui já a organização política unitária, popular e de massas por que nos batemos antes e depois do Congresso dos GDUP's.

Esta situação tem graves consequências, pois obriga a encarar de frente, a necessidade de novos compromissos políticos que reforcem a unidade política e revolucionária nos terrenos em que é um dado irreversível e salvaguardem o prosseguimento da luta pela Unidade Popular de que a plataforma em que assentou a criação do MUP, no Congresso de Novembro, já não pode ser instrumento eficaz.

O fracasso do MUP, enquanto organização política autónoma, constitui severo retrocesso na luta pela Unidade Popular. Disso não podemos ter dúvidas. Os nossos inimigos, os inimigos da Unidade Popular e da resistência e luta libertadora do nosso povo disso retirarão alguns frutos que, embora passageiros, não deixarão de reforçar no imediato as suas posições e a sua ofensiva contra o movimento popular.

Por isso, os que se empenharam no MUP têm de procurar as soluções para a actual crise do processo unitário, de dentro do processo unitário e não pondo-se à margem dele.

A alternativa popular e revolucionária para a crise social e política do nosso país é uma exigência histórica a que não podemos voltar costas. A Unidade Popular prossegue através das soluções que se revelem capazes de superar o impasse a que conduziram as divergências entre as forças políticas e sectores publicamente responsabilizados na edificação do MUP. Nesse sentido, a Comissão Política do Comité Central do MES apresentou a proposta, a seguir transcrita, a todas as forças e sectores que integram a CNUP.

Proposta do MES à UDP e aos elementos sem partido que integram a CNUP

. O processo unitário, com expressão organizada nos GDUP's, e que teve como momento de arranque a grande movimentação de massas em torno da candidatura revolucionária de Otelo, atravessa uma grave crise.

. O MUP, criado no Congresso dos GDUP, não se revelou capaz de recolher todo o impulso unitário da campanha eleitoral e viu a sua base reduzir-se progressivamente aos militantes dos partidos políticos apoiantes, também estes reduzidos ao MES e à UDP.

As divergências entre as diversas forças empenhadas no processo unitário, ganharam, por outro lado, uma dimensão nova pela própria natureza da plataforma política aprovada no Congresso e que comporta a **necessidade de desenvolvimentos tácticos e programáticos impossíveis de conseguir nesta fase.**

Para o MES, a situação actual do MUP e do processo de unidade impõe a adopção de soluções que salvaguardem os aspectos positivos essenciais desta experiência unitária, o que só poderá fazer-se observando os seguintes princípios:

1) A crise do MUP e do processo unitário não pode ser entendida como da responsabilidade exclusiva de uma só força política, o que não exlui, antes obriga a **rigoroso balanço dos erros e incorreções** de todos o que assumiram responsabilidades no decurso do processo unitário, nomeadamente os que fizeram os compromissos do Congresso dos GDUP's (sectores representados na CNUP).

2) A solução desta crise não passa por tomadas de posição unilaterais de qualquer das forças políticas e sectores que integram a CNUP, e a nenhum deles é lícito descartar as suas responsabilidades, porque contraídas perante as massas trabalhadoras que confiam no projecto de unidade popular.

3) A solução desta crise deve ser encontrada no quadro da CNUP, única estrutura do MUP mandatada pelo Congresso dos GDUP's, e cuja composição é adequada para a discussão e adopção dos passos políticos e organizativos que interessam na presente fase do processo unitário.

É por considerar fundamentais estes três princípios que o Comité Central do MES se dirige à UDP, e aos elementos sem partido que integram a CNUP propondo uma nova **plataforma unitária mais restrita, política e organizativamente, do que a acordada no Congresso dos GUP's** de modo a preservar a unidade de acção possível em torno de um conjunto de objectivos de luta que interessam ao povo trabalhador em Portugal e que, do mesmo passo, permita superar o impasse a que conduziram as divergências políticas, entre as forças e sectores políticos integrados na CNUP.

Esta redução do âmbito da plataforma política do MUP reflectir-se-á nas alterações organizativas que igualmente propomos.

Assim, o MES julga necessário firmar-se um novo compromisso político assente nos cinco pontos seguintes:

. 1) **Redução da plataforma política do MUP a um conjunto de objectivos de luta antifascista e anti-imperialista**, a definir conjuntamente, e excluindo-se, portanto, qualquer definição programática e táctica do MUP enquanto organização autónoma.

2) Desactivação da organização unitária, nomeadamente no que diz respeito às estruturas intermédias (distritais, concelhias, etc.) e sedes, mantendo-se, no entanto, a sigla MUP e o funcionamento regular do Secretariado da CNUP que poderá convocar a própria CNUP, sempre que o entenda conveniente.

3) O Secretariado da CNUP trabalhará no sentido de levar à pratica acções unitárias de agitação, propaganda e mobilização em torno dos objectivos de luta definidos e tomará decisões por consenso, sem recurso a qualquer votação.

4) Manter-se-ão em funcionamento as estruturas de base do MUP que tenham efectivo trabalho junto das massas, orientando-as para uma actividade exclusiva de agitação e propaganda e mobilização de massas, em cumprimento de decisões do Secretariado da CNUP, e mantendo a natureza de ponto de encontro, reflexão e discussão unitárias para acordar acções ao nível do local de trabalho e de habitação sem que isso envolva qualquer vinculação estrita dos seus elementos ou tomada de posição pública próprias.

5) A nova plataforma unitária deverá ser formalmente discutida e aprovada em reunião da CNUP, implicando além disso o adiamento sem data da 2.ª fase do Congresso dos GDUP's que também deverá ser objecto de decisão da CNUP.

Lisboa, 20 de Abril de 1977

SOLIDARIEDADE COM O POVO BRASILEIRO

O Comício de Solidariedade com a luta do povo brasileiro contra a ditadura constitui jornada internacionalista vibrante e de grande unidade antifascista. Entre os oradores figuraram o nosso camarada Nuno Teotónio Pereira, membro do CC do MES, e destacados resistentes brasileiros.

No comício do PCP(r) um reaccionário usou da palavra

Para o comício que recentemente se realizou no Campo Pequeno, o PCPr convidou e deu a palavra a um representante da Organização «Comunista» de Angola — OCA.

Este afirmaria, com o maior desplante, que o povo angolano, farto do jugo estrangeiro e da exploração, reage com vigor crescente ao regime reaccionário e vende-pátrias do MPLA

Para a OCA, e para o PCPr, são talvez mais progressistas e patrióticos os regimes fantoches do Imperialismo americano, como é o caso Zaire, onde o ditador Mobutu, recebe auxílio militar e económico da China.

O dogmatismo e o seguidismo cego em relação às posições da política externa da China levam assim, o PCPr para bem longe do internacionalismo proletário.

17 de Abril de 69

Estudantes contra o fascismo

Por iniciativa da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, o 17 de Abril de 1977 constituiu importante jornada unitária de evocação da grande luta dos estudantes de Coimbra em 1969, contra a Universidade e a repressão fascistas. Presentes entre outros os nossos camaradas Alberto Martins e Celso Cruzeiro, os mais destacados dirigentes dessas grandes movimentações estudantis antifascistas. O MES associou-se às comemorações enviando a seguinte saudação:

. O Movimento de Esquerda Socialista saúda nas comemorações do 17 de Abril a memória de luta da resistência dos estudantes portugueses contra o fascismo. Iniciando a mais massiva, longa e unitária luta da história do movimento estudantil, os estudantes de Coimbra souberam a 17 de Abril desencadear uma acção de recusa da universidade medieval e defesa de objectivos populares a anticapitalistas.

Tal como ontem a luta dos estudantes portugueses tem hoje de, na resistência à recuperação capitalista e ao fascismo, propôr um projecto de unidade que recuse a ofensiva antidemocrática nas escolas e forje na luta a União Nacional dos Estudantes Portugueses.

notícias do MES

TORNEIROS

Do isolamento à unidade do seu povo

. A aldeia de Torneiros pertence à freguesia de Beça; concelho de Boticas e distrito de Vila Real. E uma das várias aldeias isoladas da serra do Barroso, em pleno noroeste transmontano.

Fica situada a 11 km de Boticas e não muito longe da estrada Braga-Chaves e Montalegre-Chaves. Não tem luz, não tem estrada (de Inverno nem os camiões lá chegam), os taxis recusam-se a transportar pessoas para lá, não tem tractores e sempre que algum dos seus 120 habitantes precisa de ir à sede do concelho vai a pé, por um carreiro através da serra.

O seu povo é constituido por pequenos camponeses que trabalham a tornajeira (ajuda mútua). Integram a aldeia 20 fogos, tendo 60 por cento da população emigrado para a França e a Alemanha.

Nas eleições passadas quase ninguém votou pois tinham de ir à sede da freguesia que é bem longe.

Povo trabalhador que conhece diariamente a dureza da vida e o desconforto, num local aonde não chegam os jornais e a TV e o rádio se ouve pouco.

Confia nos seus jovens, os quais recentemente, cansados de esperar, construiram por si próprios várias placas em madeira que pela primeira vez assinalam o caminho da aldeia.

Estes jovens apontam o caminho e têm de ser apoiados por todo o povo de Torneiros para que outras conquistas possam ser alcançadas — como a luz, caminhos decentes, assistência médica, escola primária em condições, etc. — e para que o seu exemplo frutifique noutras aldeias transmontanas e no Barroso em especial.

Só a unidade, a organização e a luta do povo de Torneiros conseguirá que se desenvolva a força capaz de vencer todas as barreiras que hoje ainda parecem intransponíveis.

Um grupo de jovens simpatizantes do Poder Popular de Torneiros.

A CENTELHA

. Saiu o nº1 da Centelha, órgão do núcleo de Leiria do MES.

Do editorial, destacamos:

. «Este é o primeiro número do nosso boletim que te chega às mãos, ele representa um primeiro passo no duro mas necessário caminho da ligação do Partido às massas e da sua estruturação como verdadeira Organização Comunista viva e responsável...

Este primeiro número do boletim é da inteira responsabilidade do departamento de Administração e Propaganda, contudo se queremos que a Centelha cumpra as tarefas que lhe cabem, temos de nos empenhar todos, todas as células, estruturas, todos os militantes ou Camaradas isolados neste projecto. A Centelha tem de ser elaborada através de um trabalho colectivo, de um trabalho Comunista.

Se queremos que o debate e a discussão clarifiquem as nossas posições, temos de tomar a iniciativa nesta questão, temos de intervir na Centelha».

O 25 DE ABRIL ESTÁ MESMO VIVO!

O 25 de Abril de 1977 foi de alegria porque foi possível comemorar o 25 de Abril de 1974... Mas foi também de luta contra os que querem impedir que o comemoremos em 1978.

As comemorações oficiais calaram Otelo.
No Largo do Carmo o Povo acarinhou-o e levou-o consigo.

. **Apesar das ameaças que hoje se fazem sentir contra os que fizeram o 25 de Abril, nós — oficiais sargentos e praças — que fizémos o 25 de Abril, estamos aqui para gritar bem alto que o 25 de Abril está vivo!** Deste modo, pela boca de um ex-militar, Jorge Abegão da Comissão Organizadora das Comemorações Populares do 25 de Abril, expressaram os militares de Abril o sentido da sua participação nas comemorações.

E, na verdade, o 25 de Abril esteve bem vivo na noite de 24 para 25, em Lisboa, quando dezenas de milhar de manifestantes se reuniram com os militares que participaram naquela jornada libertadora em enorme e entusiástica manifestação, desde o Largo Camões até a R. Sampaio e Pina.

Estas comemorações foram marcadas pela alegria, motivada pela recordação e significado daquela data histórica, e pelo afirmar da determinação na luta pela defesa das conquistas alcançadas pelo povo ao longo destes 3 anos e contra a ingerência imperialista, cada vez mais humilhante.

Com a natureza e adesão populares a estas comemorações, contrastaram os escassos milhares de pessoas que se deslocaram ao Campo Pequeno para ouvir o dr. Soares, num comício partidário, defender a política antipopular do seu Governo «socialista» e o desfile oficial das Chaimites do 25 de Novembro, dos blindados da Brigada Nato e das forças da polícia de choque ou da GNR. Também não se confundiram estas comemorações populares do 25 de Abril, como alguma Imprensa de direita afirmou, com manifestações pseudopopulares apoiadas por órgãos fantasmas ou reivindicando apoios inexistentes. Ou com festas «unitárias» muito «festivas» e nada unitárias.

As comemorações populares do 25 de Abril foram uma grandiosa jornada de unidade e luta. Desde o Largo Camões, passando pela antiga sede da PIDE, pelas proximidades do Largo do Carmo, pela antiga sede da Censura, até às instalações do que então foi a Emissora da Liberdade, foram evocados por vários camaradas, em curtas intervenções, aspectos e momentos significativos do derrube do fascismo, e dos avanços que o Movimento Popular impôs a partir dessa data.

Foram assim evocadas a repressão e resistência do Povo ao regime fascista, a guerra colonial, as suas vítimas e o processo de descolonização; a PIDE, os seus crimes e as vítimas que causou, nomeadamente no próprio dia 25 de Abril (tendo sido descerrada uma lápida em memória dos companheiros caídos nesse dia na R. Antônio Maria Cardoso); a queda do regime fascista e o processo que se lhe seguiu; a Comissão de Censura fascista e os crimes contra a liberdade de expressão praticados pelos seus «coronéis» do lápis azul.

Destas intervenções merece particular destaque a do camarada João Mário Anjos ex-militar, da Comissão Organizadora das Comemorações.

Começou assim a sua intervenção:

«Aqui, junto ao Largo do Carmo, faz esta madrugada três anos, tiveram que ser dados alguns tiros para avisar o poder fascista de que tinha chegado a hora do povo.

Seria mesmo a hora do povo que chegava? Perguntavam alguns! Bastou pouco tempo para se ter a certeza que sim.

Era, de facto, a vida a triunfar sobre a doença e a morte!

. O papel activo das massas populares na rua foi a garantia de que os sectores democráticos das Forças Armadas não seriam arrastados para o golpe militar de Spínola, mas sim que seria Spínola a ter que conspirar e ser corrido de Belém.

A acção do povo nas ruas, não só abriu um processo em que alcançaria grandes conquistas com as suas próprias mãos, como também impôs que o controlo político do Movimento das Forças Armadas coubesse aos oficiais progressistas.

Muitos estão aqui connosco Aqui, no meu lugar, devia estar um desses camaradas. Mas existe a repressão e, em especial, a dos Conselhos Superiors de Disciplina.

Por isso, basta-nos a sua presença para sabermo que coragem não lhes falta e que a sua vontade é servir o povo».

Na parte final da sua intervenção diria ainda o camarada João Anjos: «Camaradas, a vitória de 28 de Setembro sobre o fascista Spínola e os reaccionários que o apoiavam, entre outras coisas, abriu as portas para a entrada em funcionamento de um órgão que não podemos deixar de recordar com saudade: o COPCON.

Contudo, o aspecto mais importante é que esta data marcou o início de um processo em que a aliança fraterna entre os soldados e os oficiais e sargentos progressistas se foi traduzindo num cada vez maior apoio às lutas populares.

Só assim foi possível acompanhar prontamente a resposta do Povo à miserável tentativa de golpe fascista em 11 de Março.

Intensificou-se ainda mais a transformação das relações dentro das Forças Armadas e entre estas e o povo.

O que foi durante décadas um instrumento de opressão do Povo Português e dos Povos das ex-colónias ia-se transformando numa arma ao serviço dos trabalhadores.

Mas, camaradas, nem tudo foram vitórias. Os fascistas derrotados em 25 de Abril mas não completamente aniquilados nas suas bases materiais, encapotados pela hesitação de outros, foram-se reorganizando e puderam fazer o 25 de Novembro.

Foi uma grande derrota para o Povo de que temos de saber retirar as devidas lições.

Assim, vivemos hoje um clima de ameaça ao 25 de Abril, aos seus autores, à liberdade, à democracia, às conquistas consagradas na Constituição.

Por isso, devemos reafirmar hoje que o 25 de Novembro foi um golpe reaccionário. E a nossa independência nacional, camaradas, é espesinhada todos os dias.

Pergunto:

. Nós queremos cá a brigada NATO? Nós não queremos cá a brigada NATO, não!

. Temos que aprender que a independência da nossa pátria de que se passou a falar tanto após o 25 de Novembro, significa aliança descarada com as forças mais negras do imperialismo.

Por isso, devemos reafirmar hoje que somos o 25 de Abril que é contra o 25 de Novembro.

E aqui, não podemos deixar de fazer um apelo:

. **Daqui dizemos aos militares e civis que tiveram a ilusão de que o 25 de Novembro ia repor o que se chama o verdadeiro espírito do 25 de Abril, daqui dizemos a esses companheiros, já desenganados certamente, que o Povo está no seu posto.**

Daqui dizemos a esses companheiros que o seu lugar é ao lado do povo. Serão benvindos.

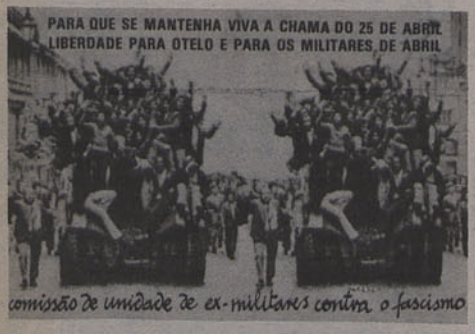
Também todos os que passaram pelas fileiras das Forças Armadas, que souberam então assumir as suas responsabilidades, são hoje chamados, onde quer que se encontrem, a defender intransigentemente tudo o que ajudaram a conquistar.

O 25 de Abril de 1977 é de alegria porque é possível comemorar o 25 de Abril de 1974... mas é também de luta contra os que querem impedir que o comemoremos em 1978.

É na força e na organização do Povo que devemos confiar para manter viva a chama do 25 de Abril... para podermos dizer também amanhã e depois que o 25 de Abril está vivo... que a Liberdade, a Democracia e a Independência Nacional são sagradas.»

. No final da manifestação, em frente das instalações onde funcionou o Rádio Clube, a Emissora da Liberdade, o camarada Luís Moita, antes de dar a mesma por terminada, ao som de «Grândola, Vila Morena», lembrou uma vez mais as palavras de ordem que o Povo gritara bem alto ao longo do percurso:

. MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR!
. PIDES, BOMBISTAS, FASCISTAS, PARA A PRISÃO!
. LIBERTAÇÃO TOTAL PARA OTELO E MILITARES DE ABRIL!
. SOLDADOS, SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO!
. IMPERIALISTAS FORA DE PORTUGAL. INDEPENDÊNCIA NACIONAL!
. O 25 DE ABRIL ESTÁ VIVO!



Muitos militares que participaram nas acções da madrugada de 25 de Abril de 74 fizeram-no de alma e coração, mas poucos se aperceberam do que se seguiria. O que se seguiu foi um processo revolucionário profundamente vivido nos quarteis. Muitos oficiais reaccionários foram afastados, e os soldados, em muitos casos foram capazes de criar uma nova disciplina que nada tinha a ver com o RDM fascista.

Era uma disciplina baseada no princípio de «servir o Povo» e não no princípio militarista de reprimir o Povo. Por isso foram afastados pelos soldados muitos oficiais para quem as Forças Armadas devem ser um instrumento ao serviço da classe dominante para reprimir o Povo e para o manter debaixo da exploração dos capitalistas e latifundiários.

Muitos outros oficiais e sargentos, no entanto, mostraram ser capazes de se ligar às aspirações do Povo.

Foi assim que se criou o «espírito de Abril» que uniu em íntima comunhão soldados sargentos e oficiais e o Povo trabalhador na mesma aspiração de eliminar a opressão e a exploração da nossa terra.

São muitos desses oficiais que hoje são acusados do «crime» de terem estado ao lado do Povo. É preciso impor a sua ilibação total e o seu imediato regresso às fileiras.

Por seu lado à reacção não lhe basta controlar o aparelho militar. Depois de fazerem todos os esforços possíveis para colocarem os seus homens de confiança nos lugares-chave dos Estados-Maiores e em Unidades Militares importantes, os militares da direita fascista pretendem agora garantir uma força à base de tropa especial: a Associação de ex-Comandos e a Associação de ex-Paras.

A todos é fácil perceber o perigo que representam para o Povo trabalhador homens como Soares Carneiro, Jaime Neves ou Almeida Bruno à frente dos ex-Comandos e outros como Almendra à frente de ex-Paras. Tais associações não são mais do que uma força militar rapidamente mobilizável que esses senhores tentarão pôr ao serviço dos seus objectivos reaccionários.

A todos eles é preciso dizer: O 25 de Abril está vivo!

Foi este o sentido de um jantar de confraternização de militares do 25 de Abril realizado no passado dia 16 no Mercado do Povo, segundo foi afirmado pelos seus promotores: a Comissão de Unidade de Ex-Militares contra o Fascismo.

Nesse jantar, que teve por objectivo o convívio entre os que sempre estiveram ao lado do Povo e que estão agora na disposição de reafirmar com firmeza o espírito do 25 de Abril, como data de libertação do Povo português e do fim de uma guerra colonial criminosa, para além de ex-militares participaram também muitos militares do QP como Otelo, Rosa Coutinho, Corvacho, Fabião e muitos outros na sua grande maioria actualmente na situação de suspensos acusados pelos homens do 25 de Novembro por «crimes» que só os prestigiam aos olhos dos explorados deste País: e que se resumem a terem estado sempre ao lado do Povo.

Neste sentido foi proposto pela Comissão de Unidade de Ex-Militares Contra o Fascismo e entusiasticamente aprovado por todos os presentes a criação de uma associação que reúna todos os que, como militares, pela sua participação no processo ao longo destes 3 anos incarnam o «espírito de Abril»: A ASSOCIAÇÃO DE MILITARES DO 25 DE ABRIL, para o que será constituída a breve prazo uma comissão instaladora.

Desta forma, e ainda segundo os promotores, de iniciativa, **poderão os militares de Abril assumir as responsabilidades que ao longo destes 3 anos contrairam para com o Povo nomeadamente a de garantirem que o 25 de Abril que ajudaram a construir está e continuará VIVO!**

1º DE MAIO – Unidade, organização e luta

3 anos de luta sindical

No último número do Poder Popular publicámos um artigo que focava a construção da Corrente Sindical Revolucionária já antes do 25 de Abril. Hoje abordamos a construção dessa corrente ao longo do Processo Político iniciado com o 25 de Abril de 1974.

DO 25 DE ABRIL AO 28 DE SETEMBRO

Quando se deu o 25 de Abril poucas eram as direcções sindicais eleitas pelos respectivos trabalhadores e merecendo a sua confiança.

Após essa data, iniciou-se um movimento de ocupação dos sindicatos com a expulsão das direcções corporativas e gozando das simpatias das associações patronais e do regime fascista, colocando no seu lugar comissões directivas ou pró-eleitorais, formadas «ad hoc».

Saindo da clandestinidade com um aparelho partidário organizado e aproveitando-se do prestígio que lhe dera a sua luta antifascista, o PCP vai encabeçar e organizar este movimento, vindo desta forma a assumir o comando de muitos sindicatos e a ganhar a hegemonia completa no seio da Intersindical.

Libertas do aparelho repressivo fascista, as massas trabalhadoras lançaram-se na luta tendo como objectivos centrais: reivindicações salariais, e redução do horário de trabalho, a obtenção de subsídios, o alargamento do período de férias e o saneamento dos «bufos» e outros «cães de Guarda» dos patrões.

Nesta movimentação surjiram as primeiras «Comissões de Trabalhadores», órgãos autónomos da defesa dos interesses dos trabalhadores nos locais de trabalho. Criadas, a maior parte das vezes, a partir da necessidade de dar cumprimento a decisões tomadas em plenários de fábrica ou empresa, as CTs, rapidamente se generalizaram e estruturaram. Exceptuando casos isolados, os sindicatos ficaram à margem deste movimento. A nível de empresa, a organização sindical avançava mais lentamente que as CTs, ganhando estas a hegemonia das lutas.

Dominando na grande maioria dos sindicatos e na Intersindical, o PCP não dominava da mesma forma no terreno das lutas. A intensidade e a radicalização da ofensiva dos trabalhadores punha em causa a sua táctica de colocar esta a reboque do MFA. Daí que utilizasse a organização sindical para sabotar e caluniar as lutas que escapavam ao seu controlo ou para recuar nas reivindicações propostas, nos casos em que controlava.

Cite-se, como exemplo, a manifestação convocada pela Intersindical, em 1 de Junho 74, para Lisboa, e cujas palavras de ordem eram: «Contra a Sabotagem dos Monopólios, da Reacção Fascista e seus Aliados «Esquerdistas»!», «Contra as Greves Anárquicas que Favorecem o Fascismo!», «Pelo Apoio às Lutas Conduzidas pelos Sindicatos!» e «Pela Unidade das Massas Populares com o MFA!». A fraca adesão a esta manifestação deu bem a indicação do fosso existente entre os seus objectivos, expressos nas palavras de ordem, e a combatividade de então dos trabalhadores.

Outro exemplo foi o ataque que a Intersindical sempre faz à luta na TAP, à semelhança do que já fizera com as greves dos CTT, Lisnave, Carris, etc, ao longo dos vários meses que ela durou, chegando ao ponto de, em comunicado de 12 de Março de 75 e referente ao golpe spinolista da véspera, afirmar: «Há já algum tempo que se vinha a detectar uma série de manobras tendentes a criar as condições objectivas e subjectivas para que tal acontecesse», isto é a intentona do 11 de Março, apontando como exemplo dessas «manobras», entre outras, «a anunciada greve da TAP».

Veja-se o caso dos metalúrgicos onde o sindicato após ter adiantado a proposta de salário mínimo de 6.000$00 antes do 25 de Abril, veio depois a recuar para 4.500$00, atendendo às alterações políticas ocorridas.

Nem todos os sindicatos, porém, seguiam esta via. Era o caso dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul que em Maio de 74 conduzira uma greve geral no sector de Lanifícios, por uma aumento de mil escudos igual para todos os trabalhadores (como forma de defender e alargar as conquistas do CCT recentemente obtido através de longa luta ainda no tempo do fascismo) e que após três semanas de greve saiu vitoriosa, dando um contributo decisivo para a publicação da lei que fixou o salário mínimo nacional em 3.300$00.

Este mesmo sindicato organizou uma manifestação, em Março de 75, aberta a todos os trabalhadores, «Contra os Despedimentos», «Contra o Horário de Trabalho Nacional», e «Por uma Economia ao Serviço dos Trabalhadores», numa altura em que o Ministério do Trabalho, sob a batuta de Costa Martins, negociava com as multinacionais e com o patronato o lançamento no desemprego de dezenas de milhares de assalariados, ao mesmo tempo, que os apelos ao sacrifício e ao empenhamento na «batalha da produção» sem «olhar a quem», começavam a ser uma constante das esferas dirigentes.

A toda esta acção de luta na defesa dos interesses de classe dos trabalhadores não foi alheia a fusão de todos os sindicatos do sector num único e poderoso sindicato no sul, caminho que não foi seguido noutras regiões e sectores o que ainda hoje põe a questão da verticalização e da reestruturação na ordem do dia.

DO 28 DE SETEMBRO AO 11 DE MARÇO

Nos finais do ano de 74, as atenções a nível sindical iriam centrar-se em volta do problemas da unicidade. Enquanto a Intersindical e as forças políticas progressistas defendiam a consagração na lei da unidade sindical, as forças de direita, com o PS à cabeça, opunham-se a tal.

Aproveitando a realização, a 17 de Janeiro 75, de um Conselho de Ministros, para apreciação do projecto de decreto-lei sobre as associações sindicais, a Intersindical convocou para 14 desse mesmo mês uma manifestação, afim de os trabalhadores «reafirmarem massivamente a unicidade sindical», além de estreitarem a sua «aliança com o MFA».

Nessa grandiosa jornada, na qual participaram centenas de milhares de pessoas, estiveram igualmente presentes a corrente sindical revolucionária e o MES, embora não se limitando a defender apenas a unidade sindical mas também a democracia interna nos sindicatos e a sua independência face aos partidos políticos, o Estado e aos credos religiosos.

Perante a força demonstrada pelo movimento sindical, a lei foi promulgada pelo Conselho de Ministros. Tal facto levou à agudização das relações entre o PS e o PCP.

DO 11 DE MARÇO A QUEDA DO V GOVERNO

Este conflito PS-PCP afectaria a política seguida pela Intersindical levando-a a ziguezaguiar conforme as conveniências políticas do PCP. Foi o que se passou nas jornadas do 1.º de Maio de 75, onde o facto de o PS se ter recusado a participar nas comemorações em pé de igualdade com o MES e a FSP levou a Inter a dar o dito por não dito e a arranjar uma solução de compromisso tomando o nosso partido uma posição firme de recusa a tais negociatas.

Enquanto a Intersindical preparava o seu 1.º Congresso, a organização sindical nos locais de trabalho tinha-se vindo a desenvolver através da criação de Comissões de Delegados Sindicais ou de Comissões Intersindicais de Empresa. O problema punha-se então em como ligar o trabalho destes orgãos com o das CTs.

Aqui também se demarcaram duas posições claras: a dos reformistas do PCP, que defendiam a subalternização destes últimos relativamente aos primeiros (que podiam controlar melhor...) e a dos revolucionários, defendida pelo MES, que apontava para a necessidade de preservar a autonomia das CTs, de organizá-las e coordená-las com outros órgãos de Poder Popular dentro das Assembleias Populares de Zona, embora articulando a sua acção com a dos sindicatos.

Esta questão, aliás, havia de ser debatida no 1.º Congresso da Inter, realizado em fins de Julho de 75, com a presença de 159 sindicatos. No «Documento de Orientação e Acção para um Portugal novo», apontava-se «como via para solucionar este problema a unificação das organizações representatativas dos trabalhadores.»

Defendia-se igualmente, dentro da «Participação dos Trabalhadores na Defesa do Processo Revolucionário» o «controlo da produção», «batalha da produção» (entendida, do ponto de vista político, como «a mobilização e consciencialização dos trabalhadores sobre o seu papel na transformação e alteração das relações de produção») e a «unidade na acção», esta como objectivo estratégico do movimento sindical.

A forma como foi conduzida a preparação, e, depois a realização do Congresso, um congresso de direcções sindicais, com um regulamento aprovado sem ter sido discutido nas bases, não só impediu que os revolucionários tivessem uma presença activa (nesta altura mais empenhados na construção do Poder Popular) como também em nada contribuiu para o reforço da unidade dos trabalhadores.

DO VI GOVERNO AO 25 DE NOVEMBRO

A partir da tomada de posse do VI Governo Provisório o PCP mudou de táctica e passou à ofensiva visando pôr o «PPD fora do Governo» e colocar «mais revolucionários para o Conselho da Revolução». Utilizou para isso, mais uma vez, a organização sindical. Exemplos de tal foram a luta pelo CCT dos metalúrgicos e da Construção Civil.

Qualquer destas lutas culminariam em grandiosas manifestações: a dos metalúrgicos frente ao MT onde arrancaram ao ministro de então, Tomás Rosa, a publicação da portaria de regulamentação das tabelas salariais; e da construção civil em S. Bento, onde após terem «encarcerado» o governo e os srs. deputados, obtiveram do almirante «bardamerda», então 1.º ministro, a homolgação do CCT. De assinalar que durante esta última movimentação, a direcção sindical já não sabia o que havia de fazer para manter na «ordem» os trabalhadores, que tendo ganho confiança na sua força já não estavam dispostos a irem-se embora para casa de mãos a abanar ou com a promessa de algumas migalhas do bolo.

APÓS O 25 DE NOVEMBRO

O 25 de Novembro, ao abrir uma nova fase nas lutas de classes em Portugal, alterou a importância dos instrumentos organizativos de que os trabalhadores se tinham dotado ao longo do processo. Assim, as Comissões de Delegados Sindicais e as Comissões Intersindicais de Empresa subiram a primeiro plano como forma fundamental de organização nos locais de trabalho.

Apesar do congelamento dos CCT decretado pelo governo, anulando assim algumas importantes conquistas como no caso, já visto atrás, dos metalúrgicos e construção civil das condições de vida e de trabalho das massas populares provocada pela política de recuperação capitalista então pelo VI Governo provisório, a consciência de classe adquirida ao longo do processo levou a que os trabalhadores não aceitassem pacificamente esta situação e lutassem contra ela. O ano de 1976 é assim marcado por um vasto movimento de lutas das quais há a destacar a dos trabalhadores do Comércio, dos Têxteis, da Construção Civil, da Hotelaria, da metalúrgica, do Material Eléctrico das Pescas, etc. abrangendo perto de um milhão de assalariados.

Quebrar o movimento sindical, dividi-lo por várias centrais tomá-lo «dialogante» e «compreensivo», eis o que se torna um dos objectivos principais da burguesia para conseguir impor o Pacto Social.

Na Primavera de 76 iniciam-se as primeiras tentativas para partir a organização sindical, através da chamada «Carta Aberta». Alguns sindicatos de predominância de serviços, onde a hegemonia PS/PPD é larga, reuniram-se em Coimbra. O ponto fulcral era ainda a unicidade, agora revogada da lei.

O PC, dentro da sua táctica, mais descaradamente defensiva, de conciliação e cedência, recuou na questão da unicidade preferindo aparar a jogada da «Carta Aberta» na conversa de gabinete. É assim que os representantes desta subiram à tribuna aquando do 1.º de Maio de 76, embora a sua linguagem nessa ocasião fosse moderada e semeada de muitos «necessidade da unidade». Mas o lançamento e preparação do 2.º Congresso sindical aguediza o conflito «Carta Aberta»-Inter. As divergências em torno da data, dos objectivos e do tipo de representação das organizações sindicais levou à sua ruptura.

Contrariamente ao 1.º Congresso, os reformistas têm desta vez que se defrontar com uma força organizada e com uma alternativa global para a luta sindical dos trabalhadores portugueses: a corrente sindical revolucionária. Desde a discussão do tipo de representação até ao Programa de Actuação passando pelos Estatutos, os revolucionários estiveram presentes, apresentando as suas propostas, chamando para o seu lado muito sindicalistas e obrigando os reformistas a ceder no seu controleirismo e a recuar na sua política de conciliação (1).

O 2.º Congresso sindical foi a prova evidente que a corrente sindical revolucionária, que desde 1970 vem trabalhando dentro deste país, e que ao longo destes vários anos de lutas tem vindo a forjar uma alternativa popular capaz de contribuir para a emancipação dos trabalhadores, como o bem provaram ainda recentemente, a luta dos Têxteis pelo seu CCT, a luta na Manuel Lopes Henriques pela reintegração dos dirigentes sindicais Manuel Lopes e António Rosas, a luta dos Sapateiros de Aveiro pelo CCT e Contra a repressão patronal, entre muitas mais.

Notas

(1) — Ver a este respeito o «Poder Popular» n.º 54.

O 1.º de Maio é um dia importante da dura luta pelo socialismo que a classe operária, o proletariado dos campos e todos os restantes trabalhadores interessados na destruição do sistema explorador capitalista, vêm travando em todo o Mundo desde que, há mais de um século a força opressora do capital nas fábricas, nos campos, nas empresas e nas ruas obrigou os trabalhadores, com os operários à cabeça, a lutar encarniçadamente pelos seus interesses diariamente espezinhados. A lutar por simples mas vitais aumentos de salários, pela progressiva redução da jornada de trabalho, contra o aumento dos ritmos e cargas de trabalho, contra as horas extraordinárias, contra os despedimentos e a constante subida do custo de vida — consequências ininterruptas e inevitáveis de um sistema social que assenta na opressão dos que tudo produzem e que têm de vender a sua força de trabalho aos detentores dos meios e instrumentos de produção.

Em Portugal, ao longo dos ultimos 50 anos, os trabalhadores foram fortemente reprimidos neste dia de combate das classes trabalhadoras.

Assim aconteceu, nomeadamente, na década de 60 e começos de 70, sendo de exaltar o ano de 1962, em que grandes manifestações (cerca de vinte mil manifestantes) acompanhadas de paralisações nas fábricas e nos campos, tendo a GNR assassinado dois trabalhadores agrícolas em Aljustrel, para lá das correntes prisões que a PIDE fazia e se vinham juntar aos feridos dos combates com a polícia de choque.

Também em 1970 foram feitas numerosas prisões, tendo a Polícia ocupado a vila do Barreiro com GNR'S e forças militarizadas carregando sobre amplas manifestações (Barreiro e Baixa da Banheira), prisões essas que desencadearam uma enorme vaga de protestos e de greves de solidariedade operária (como é o caso da C.P. Marinha Grande, etc.).

Muitos trabalhadores portugueses cairam vítimas dos confrontos com as forças da repressão e do fascismo: GNR-PSP e PIDE, nas jornadas do 1.º de Maio. Por isso, para os trabalhadores e para os revolucionários, o 1.º de Maio é e será sempre um dia de luta e unidade contra a exploração e a opressão capitalistas.

Hoje, num momento em que as tentativas e o plano deliberado de um Governo de nome socialista ensaiam a recuperação da economia dentro dos moldes do capitalismo, em que para tanto a ingerência imperialista se faz sentir com todo o seu peso, torna-se mais do que nunca necessário colocar perante os trabalhadores objectivos de luta bem concretos e definidos: a luta pela unicidade sindical, a luta pelo controle operário nas empresas a luta pelo avanço e consolidação da reforma agrária, a luta pela defesa das comissões de trabalhadores, a luta contra o desemprego e a liberalização dos despedimentos, a luta contra o aumento dos leques salariais, a luta contra os boicotes às negociações dos CCT's, a luta contra as indemnizações aos grandes capitalistas e agrários, a luta contra as desintervenções nas empresas sabotadas pelo patronato, a luta contra a redução dos salários resultantes do aumento incessante do custo de vida, a luta, enfim, contra os planos de recuperação da crise económica da burguesia e da reconversão do capitalismo, feitos à custa do sangue e do suor dos trabalhadores.

A organização da resistência popular activa debaixo da bandeira de luta por um Governo de independência nacional imposto na crise das instituições democrático-burguesas com a força do Movimento Popular é o único caminho capaz de conduzir à derrota da recuperação capitalista e das alternativas autoritárias e repressivas da burguesia — tal como salientava a resolução da 8.ª reunião plenária do C. C. do MES.

Só a força do movimento popular de massas, com o movimento sindical, como seu principal bastião, assente numa direcção revolucionária, pode travar a recuperação capitalista, evitar a divisão do movimento popular, nomeadamente a cisão sindical e forjar na recusa do pacto social com a burguesia, uma alternativa revolucionária à democracia burguesa e ao fascismo.

Quando esse factor fundamental da estratégia da burguesia para a recuperação capitalista das nacionalizações e da reforma agrária, com correspondência no Governo P. S. (ao vibrar os primeiros golpes nas conquistas populares, criando as condições para a retomada do controle da economia pelo grande capital e ao procurar deliberadamente dividir o movimento sindical), se desenha já ameaçadoramente, — **o povo trabalhador tem de mostrar uma vez mais a sua unidade e determinação, lutando pela defesa daquilo que só essa mesma luta possibilitou alcançar e por um governo que sirva os interesses do povo e defenda as suas conquistas.**

Este o sentido que deve adquirir o 1.º de Maio deste ano. Ele deverá ser uma jornada que, fazendo pé naqueles pontos de luta parciais, incite o movimento popular para um novo impulso de combatividade, criando as condições que possibilitem uma alternativa popular ao Governo PS, combatendo as manobras da direita reaccionária e fascista e as ilusões do reformismo revisionista, através da única via consequente, a da resistência e da luta, e não a do recuo ou da conciliação: **só lutando se pode vencer, só na luta se podem defender as conquistas que na luta foram alcançadas!**

Ergamos a Corrente Sindical Revolucionária!

O encontro promovido pela União dos Sindicatos de Lisboa

No campo da luta como no campo da organização, os revolucionários têm vindo a reforçar as suas posições, aparecendo cada vez mais claramente como alternativa ao reformismo e revisionismo.

Assim aconteceu no «Encontro de Dirigentes e Delegados Sindicais e Membros de CT's», promovido pela União dos Sindicatos de Lisboa e realizado no passado dia 16 de Abril.

Logo no início da reunião foi apresentada uma proposta, subescrita por dirigentes dos «Têxteis», dos «Serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza» e «Protésicos Dentários», por delegados sindicais dos metalúrgicos e da função pública, assim como membros das CT's da «Petrogal», «INE» e «Standard-ITT» e que dizia:

1. **Considerando** que o Congresso de Todos os Sindicatos foi uma vitória pois que, além de ter definido não à cisão sindical e não ao Pacto Social, foi também um importante marco na história do Movimento Operário e Sindical português.

2. **Considerando** que o referido marco só foi possível porque quer a preparação quer o próprio Congresso foi ampla e democraticamente realizado com a total participação de trabalhadores de todos os quadrantes político-sindicais, o que originou o referido no ponto 1 e o reforço da unidade.

3. **Considerando** que, e segundo o decidido na 1.ª Reunião Geral de Sindicatos de 1/3/77 na FIL, seriam levados à prática pelas Uniões Distritais «Encontros» de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, o que é reafirmado em Documento distribuido pela CGTP-IN em 12 do corrente, portanto não plenários, conforme define o comunicado-convocatória de 5/4/77 da USL.

4. **Considerando** que os documentos a analisar neste «Encontro» não foram distribuidos a tempo aos participantes, apesar do documento-convocatória de 5 do corrente trazer a nota «brevemente segue documento base de apoio aos trabalhos deste plenário (Encontro) o que resultou que não houve discussão prévia nem com os trabalhadores nem tão pouco entre as próprias direcções sindicais.

5. **Considerando** que este facto nega a prática que orientou e possibilitou o sucesso do Congresso de Todos os Sindicatos, ou seja, uma prática democrática já referida no ponto 2.

Os participantes (dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores) abaixo-assinados **propõem:**

A-1. Que este Encontro não tenha carácter deliberativo mas sim de estudo e reflexão dos temas em presença;

2. Que sejam divulgados logo após este Encontro todos os documentos aqui sujeitos à discussão e os que desta tiveram origem, em geral e em especial as várias propostas de alternativa aos Estatutos.

3. Que o secretário da USL convoque um plenário de sindicatos do distrito até 15 de Maio o mais tardar, para deliberar sobre os estatutos da União, tomando em consideração o que hoje aqui foi discutido e analisado.

B-De acordo com o ponto anterior, propõem as alternativas constantes do documento anexo, ao projecto de estatutos, apresentado pelo secretariado da CGTP-IN para análise e discussão neste plenário.

Receando ver recusado o seu projecto de estatutos para a USL, ponto central do Encontro, dado o equilíbrio de forças existente nos princípios da reunião, os reformistas aceitaram sem discutir a proposta. Em compensação, propuseram (e ganharam...) a alteração da ordem de trabalhos, passando para último ponto precisamente o da reestruturação sindical, esperando que até lá, o prolongamento indefinido da discussão dos primeiros pontos levasse à debandada dos menos resistentes e ao seu adiamento para próximo, e mais favorável, Encontro. Embora tal acontecesse, nem tudo, porém, correu como eles queriam...

As posições definir-se-iam em torno de três questões: o Pacto Social, o 25 de Abril e o 1.º de Maio. Quanto à primeira, os reformistas defendiam que nenhum Pacto deveria ser assinado sem discussão prévia pelos trabalhadores; o que neste momento a CGTP-Inter está a discutir com o Governo é o Cadreno Reivindicativo e não negociações de qualquer Pacto Social. Em face disto, concluiam, uma vez que não está nos projectos dos dirigentes sindicais a negociação do Pacto, é contraproducente a mobilização dos trabalhadores em volta dessa questão por ser uma «falsa questão».

A corrente sindical revolucionária pelo contrário, defendia não só a recusa firme de qualquer pacto, mesmo que dissimulado, como também a necessidade de esclarecer e mobilizar os trabalhadores contra o Pacto Social que os patrões e o seu Governo pretendem acordar com o movimento sindical, para destruir a sua força reivindicativa.

Da mesma forma, sobre o 25 de Abril, estas duas linhas se demarcariam. Enquanto a primeira, em nome da necessidade de união dos trabalhadores com as FFAA, com o fim de apoiar uma esquerda militar que impede que a direita utilize o exército na repressão, apelava para a participação nos desfiles militares, a segunda defendia que descer à rua para aplaudir desfiles feitos pelos militares do 25 de Novembro seria o mesmo que apoiá-los. Logo, ou não se ia ou então ia-se mas tomava-se uma posição que demarcasse bem o movimento popular da iniciativa militarista, da sua tentativa de recuperação do 25 de Abril.

Quanto ao 1.º de Maio, a questão punha-se em que os reformistas pretendiam dar a esta jornada um carácter mais de festa do que jornada de luta. Neste sentido, a corrente sindical revolucionária discordava da inclusão de carros alegóricos (tipo Carnaval do Estoril doutros tempos) e de provas desportivas nas comemorações. Sendo o Encontro de carácter não deliberativo, foi porém aprovada uma moção dando ao 1.º de Maio um sentido de dia de luta.

Foram também aprovadas moções de apoio à luta nas empresas intervencionadas, sendo recusadas uma sobre o Pacto Social, outra sobre o carácter das celebrações do 25 de Abril e outra ainda de apoio a Rui Gomes.

O próximo plenário de sindicatos do distrito de Lisboa, a convocar pela USL até 15 de Maio, decidirá da reestruturação sindical. Duas propostas se confrontarão: a do secretariado da CGTP-IN e a do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul. Abordaremos num próximo artigo as principais diferenças e pontos de ruptura entre uma e outra.

Os reformistas encontram-se neste momento entre as pressões cisionistas da «Carta Aberta», que os faz procurar alianças à esquerda, e ao mesmo tempo contra essa mesma esquerda que não lhes permite negociar pacificamente com a «Carta Aberta» sobre os destinos do movimento sindical.

Os revolucionários sabem aonde leva essa política. Aprenderam ao longo do chamado «Verão quente» até ao 25 de Novembro aonde leva essa política do reformismo.

Só a corrente sindical revolucionária poderá conduzir coerentemente a luta contra o cisionismo, contra o Pacto Social, contra a recuperação capitalista.

1º DE MAIO DE 74

O programa da CGTP

As comemorações neste dia vão centralizar-se em Lisboa e revestem-se dos seguintes aspectos:

De manhã:

— Alvorada, com morteiros e bandas de música e parte desportiva.

De tarde:

— Concentração na Alameda D. Afonso Henriques, a partir das 13 e 30.

— Desfile com partida pelas 15 horas até ao Estádio 1.º de Maio.

— Comício no Estádio 1.º de Maio.

— Stands no Estádio 1.º de Maio organizados por sindicatos comissões de trabalhadores, UCP (Reforma Agrária), empresas em auto-gestão ou cooperativas e dos sectores nacionalizados.

TÊXTEIS

SIM À LUTA! NÃO À CEDÊNCIA!

Os trabalhadores têxteis encontram-se numa fase decisiva da luta pelo seu CCT Único e Vertical. O patronato mantém uma posição de intransigência, tanto mais que agora sente as costas aquecidas pela actual situação política.

Das duzentas cláusulas do contrato, apenas cerca de 15 por cento estão acordadas e estas na sua maioria referentes ao capítulo de «Higiene e Segurança». Os patrões sabem que neste campo podem ceder no papel pois na prática têm margem de manobra mais do que suficiente para as não cumprirem. Contudo, foram já obrigados a reconhecer aos trabalhadores o direito a um mês de férias e a um mês de subsídio.

No restante clausulado, o patronato tem apresentado contrapropostas em que pretendem arrancar aos trabalhadores **regalias conquistadas ainda antes do 25 de Abril.** Exemplo disto é o caso das faltas de energia na hora de laboração que os patrões pretendem que sejam pagas pelos trabalhadores, através do desconto desse tempo no salário ou pela sua compensação em horas suplementares, enquanto que até aqui as remunerações ou o horário de trabalho não eram afectados por tais ocorrências.

Igualmente, o patronato propõe a redução do crédito de horas aos delegados sindicais, baixando-as para dez horas ao ano, o que na prática significa a paralisação do trabalho sindical nas empresas. Da mesma forma, propõem a diminuição drástica do tempo que cada trabalhador dispõe para ir, nas horas de serviço, ao médico.

Foi perante esta situação, e aproximando-se o momento em que se irá discutir as tabelas salariais, que o Conselho Geral da Federação dos Sindicatos do sector, agrupando 17 associações sindicais, se reuiu no passado dia 15 de Abril.

Aí, a corrente sindical revolucionária apresentou uma proposta de actuação subordinada às palavras de ordem: **Não ceder nem uma vírgula que seja nas regalias conquistadas e contempladas nos actuais CCT's existentes para os vários subsectores! e Não ao 49/A de 77! Não aos 15 por cento de miséria!**

Os reformistas, incapazes de fornecer uma alternativa popular para a recuperação capitalista, limitaram-se a criticar a proposta apresentada, apelidando-a de «utopista» e «irrealista».

«Mas então, contrapuzeram camaradas que defendiam a posição de luta, também o Caderno Reivindicativo e o Programa de Acção saídos do Congresso de Todos os Sindicatos eram «utopistas» e «irrealistas», pois esta proposta não é mais do que o levar à prática o que lá foi aprovado».

A justeza da proposta e a firmeza com que foi defendida arrastou sectores hegemonizados pelo reformismo para as posições dos revolucionários, tendo finalmente esta sido aceite por folgada maioria.

Os reformistas tentaram superar a sua falta de «argumentos» através do boicote às decisões do Conselho Geral da Federação, ignorando-as e não dando conhecimento delas aos trabalhadores dos seus sectores e regiões. Contudo, a divulgação feita da proposta saída da reunião de 15 de Abril e a larga aceitação que esta teve junto dos trabalhadores que então a conheceram, mostra bem que os mesmos estão prontos à mobilização, desde que se lhes aponte o caminho da unidade, da organização e da luta.

Entretanto, alguns patrões procuram dividir e desmobilizar a classe «oferecendo» aumentos salariais extracontrato de 10 e 15 por cento a troco da «paz social» na empresa, de os trabalhadores mandarem passear a luta pelo CCTUV. Mas também, como já aqui anteriormente relatámos, em muitas empresas, caso da Melka de Évora, da Fiacção de Torres Novas, da Geja, da Norport, da Bore, etc, os trabalhadores recusaram firmemente entrar em tais manobras, em fazer o jogo do patrão: Curiosamente, em algumas das empresas em que tal foi aceite, as forças políticas dominantes eram precisamente aquelas que se reivindicam de serem **o partido** da classe operária: PCP e PCPr.

Por sua vez, o Ministério do Trabalho tenta convencer a Comissão Negociadora Sindical e o patronato a aceitarem a via administrativa para a resolução do conflito, procurando traduzir em portarias aspectos parciais do contrato, o que na prática só iria beneficiar os patrões.

A disposição para a luta dos trabalhadores deste importante sector na vida económica nacional (recorde-se que cerca de 30 por cento das exportações portuguesas assenta neste ramo, que abarca perto de 300 000 assalariados) saiu reforçada aquando da reunião geral de Delegados Sindicais do Sul, em 22 de Abril, que além de ter rectificado a proposta do Conselho Geral da Federação, tomou uma posição de recusa total do Pacto Social que a burguesia e o seu Governo querem impor-nos.

O resultado desta importante batalha não diz só respeito aos trabalhadores deste sector. Ele influenciará igualmente as lutas noutros sectores. O seu resultado dirá da força e capacidade dos explorados e oprimidos deste país para recusarem o colete de forças, tecido em leis e em repressão da PSP e GNR, com que pretendem manietar-nos. Dirá também da força e capacidade dos revolucionários para, neste momento, assumirem a direcção das lutas e erguerem uma alternativa popular à recuperação capitalista.

SEIDENSTICKER

407 postos de trabalho por ... um marco!

...Há já dois meses que os 407 trabalhadores desta multinacional alemã de confecções não recebem os seus salários. E, contudo, trabalho não tem faltado a ponto de encomendas terem sido cedidas a outras empresas do ramo.

Isto porque a administração decidiu requerer a falência (forma de abandonar as duas fábricas — a de Lisboa e a do Bombarral — com um cunho legal), depois de ter contraído uma dívida para com a banca da ordem das várias dezenas de milhares de contos (farão parte do futuro auxílio da social-democracia alemã?). Como, porém, tem bom coração propôs, como alternativa, a venda ao Governo das fábricas por... **um marco!**

. Infelizmente, o «pobre» do dr. Soares ainda não conseguiu reunir tal soma ao longo de todos os «peditórios» que tem efectuado por este mundo. A verdade é que o Governo, até agora, nem sequer se mostrou interessado com os destinos dos postos de trabalho de 407 pessoas. Antes pelo contrário, têm-nos jogado de ministério em ministério e solução como afinal estes já esperavam, nenhuma.

Como perspectiva futura, só lhes restará o desemprego e a miséria? Os trabalhadores sabem que nada têm a perder a não ser a sua condição de explorados e oprimidos e que só através da luta poderão mudar tal situação. A palavra aos trabalhadores!

FÁBRICA DE RAÇÕES NUTRIGADO DE ALCOBAÇA

A portaria será cumprida!

Recentemente os operários químicos da Fábrica de Rações-Nutrigado, em Alcobaça, iniciaram uma forma de luta com vista à aplicação da Portaria Reguladora do Trabalho para o sector, já acordada há tempo e só agora publicada pelos Ministérios competentes. A luta surge pela recusa da Associação Patronal em aplicar a portaria alegando o recente decreto do Governo que limita os aumentos salariais a 15 por cento, procurando esconder que o aumento constante do custo de vida há muito ultrapassou os 15 por cento e que os trabalhadores não vivem de decretos em nome da «austeridade» que serve somente uma política de recuperação económica capitalista que põe em causa as conquistas de há três anos para cá.

Os aumentos estabelecidos pela PRT ultrapassam os 15 por cento e são uma conquista dos trabalhadores do sector de moagens, pelo que há que lutar por eles até ao fim: assim com o apoio da Comissão Sindical os trabalhadores recusaram-se a receber salários com o mísero aumento de 15 por cento e prepararam-se para formas de luta mais duras caso o patronato não cumpra a portaria. Enquanto dura esta forma de luta, os trabalhadores optaram por contrair um empréstimo à fábrica de 6.000$00, como forma de manter o sustento das suas famílias.

Esta luta que se afigura justa e correcta desde o início, deve ser para todos exemplo da correcta mobilização dos trabalhadores em torno da defesa das suas conquistas, e exemplo claro da actuação revolucionária dos delegados sindicais.

MADEIRA

Acção terrorista da polícia de choque ...

Na 2.ª-feira, dia 18 de Abril, uma força da polícia de choque às ordens do Governo Regional, assaltou o Sindicato da Indústria Hoteleira na Rua das Hostas, para exigir que fossem entregues as chaves daquele Sindicato ao Governo.

Esta acção abusiva da força de choque da PSP, vem na sequência dum conflito que opõe trabalhadores da hotelaria à sua actual direcção sindical. Esta tem-se revelado ao longo da sua acção como uma direcção da confiança do patronato, a ponto de não defender a aplicação do salário do Continente na Madeira, nem o cumprimento com os estatutos do próprio Sindicato, o que levou a que na tarde de sexta-feira um grupo de sócios se instalasse naquela sede social exigindo conversações com a actual Direcção.

O Governo Regional, que dia a dia vem revelando aos olhos dos trabalhadores o que entende por autonomia — Salários inferiores na Madeira em relação aos do Continente — e que tem no presidente do Sindicato um defensor deste ponto de vista, ficou alarmado com a contestação que surgiu neste sector. Daí que tivesse lançado toda a força repressiva da sua polícia de choque sobre os trabalhadores que estavam no Sindicato e sobre os trabalhadores e população indefesa que protestou junto das instalações do Governo contra aquela medida governamental. A sanha assassina da PSP ficou bem clara aos olhos de todos os que na tarde do dia 18 despreocupadamente faziam a sua vida na baixa da cidade.

O MES, Movimento de Esquerda Socialista, protesta contra estas medidas decretadas pelo Governo do PPD contra trabalhadores, interferindo na vida sindical, desrespeitando a independência sindical face ao Estado e desrespeitando a liberdade de reunião que a Constituição consagra.

O MES, apoia a luta dos trabalhadores da Indústria Hoteleira e repele uma Direcção Sindical que não tem capacidade de diálogo, recorrendo à repressão governamental.

Unidade, Organização e Luta

O Núcleo do MES no Funchal

ASSINATURA

Poder Popular MES

Jornal Quinzenal

Sai às 5.ªs feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração Redacção
Av. D. Carlos I, 132, Lisboa
Telefone 66 26 29

Composição e impressão
Renascença Gráfica SARL
Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

6 meses 70$00 ☐ 12 meses 130$00 ☐

apoio 250$00 ☐

estrangeiro Europa 500$00 ☐

Nome _____

Morada _____

_____ Profissão _____

☐ ENVIO CHEQUE N.º ..... BANCO .....

☐ ENVIO VALE DE CORREIO N.º .....

PROPOSTA

— Considerando que o Patronato Têxtil quer que os Trabalhadores regressem ao 24 de Abril de 1974 e não só;

— Considerando que o Governo que pactuando com o Patronato está empenhado em fazer toda uma recuperação capitalista à custa dos Trabalhadores;

— Considerando que há toda uma legislação que cobre o exposto nos anteriores considerandos;

PROPÕE-SE

1.º — Que deste Conselho Geral saiam as palavras de ordem

a) — **NÃO CEDER NEM UMA VÍRGULA QUE SEJA NAS REGALIAS CONQUISTADAS E CONTEMPLADAS NOS ACTUAIS CCT's EXISTENTES PARA OS VÁRIOS SUB-SECTORES.**

b) — **NÃO AO 49/A DE 1977.**

— **NÃO AOS 15 POR CENTO DE MISÉRIA.**

2.º — Que a partir da semana que vai entrar se comece em todos os Sindicatos, com realização de amplas reuniões de delegados sindicais e de trabalhadores com a presença da CNS.

3.º — Que até ao dia 15 de Maio de 1977 (se possível, se não mais tarde) se realize um grande Encontro de Dirigentes e Delegados Sindicais e de Trabalhadores, no Centro do País, empenhando-se desde já os Sindicatos em tal organização.

4.º — Que perante as propostas enumeradas em 2.º e 3.º se interrompam as negociações do CCTUV se o Patronato pretender tirar regalias e dar somente os 15 por cento de aumento.

5.º — Que à CNS perante a interrupção (se esta se verificar) e antes de arrancar para o proposto em 2.º e 3.º dê uma Conferência de Imprensa

EM FRENTE COM O CCTUV/TÊXTIL!
A LUTA CONTINUA!
SÓ LUTANDO VENCEREMOS!

Lisboa, 15 de Abril de 1977

NEM LIBERDADE NEM SOCIALISMO!

NEM LIBERDADE NEM SOCIALISMO

O Governo PS prossegue a sua política «de integração de Portugal no mundo ocidental a que naturalmente pertence».

Esta expressão de Soares ao confundir política com geografia, mais não é do que poeira para os olhos dos trabalhadores. Lá porque pertencemos à Europa capitalista teremos de desistir de lutar pelo socialismo e teremos de alinhar com o imperialismo Americano?

Soares pretende fazer-nos crer que sim.

AMÉRICA A LIBERDADE E OS DÓLARES

Ao mesmo tempo que em Portugal investe furiosamente contra as conquistas dos trabalhadores, Soares voa para os Estados Unidos para prestar homenagem ao seu patrão Carter, saudar — segundo as suas palavras — na América o país da Liberdade.

O que terá levado Soares a esta conclusão brilhante? O Vietname? O Brasil? O Chile? Ou o auxílio na cruzada anti-comunista que em Portugal encabeça?

Soares saudou também, por certo, na América o país dos dólares. Foi lá pedir mais uma vez o tal empréstimo mágico de que tanto fala e que não é propriamente auxílio generoso, mas antes endividamento que os trabalhadores portugueses pagariam em exploração redobrada e dependência servil.

PS CADA VEZ MAIS COM A DIREITA

Mas não é só no estrangeiro que o PS realiza uma política reaccionária.

Em Portugal a progressiva aproximação dos partidos do capital PPD e CDS significa um cada vez maior divórcio em relação aos trabalhadores, suas aspirações e suas lutas.

A recente ameaça de corte de relações com o PCP é apenas um episódio desta política, aliás muito significativamente surgida em plena estadia de Soares em Washington.

Muito mais importante e grave é a adopção para o campo de trabalho das teses Gonelha, o novo Ministro coqueluche dos colunistas de extrema-direita, como já o foram sucessivamente Sotto Mayor-Cardia e António Barreto.

Segundo o comunicado emitido após reunião da cúpula do partido, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses é «um órgão de expressão provadamente leninista e totalitária», «grande perigo para a democracia» e «correia de transmissão do PCP».

Assim o PS vai propor à Assembleia da República novas regulamentações para a vida interna dos sindicatos. Significa isto que vai aprovar, com apoio do PPD e CDS, legislação que permita desarticular os sindicatos para que não sejam capazes de se opôr às medidas anti-populares que o Governo põe em prática. Não será isto uma ingerência do poder político no Movimento Sindical?

QUEM É TOTALITÁRIO?

Entretanto dando mostras do seu grande pluralismo e abertura, o PS condena os militantes que participam na CGTP-Intersindical.

Como se sabe a maneira mais fácil de fazer demagogia é chamar demagógico ao inimigo. Por isso a direcção do PS taxa de totalitário o movimento sindical para esconder a ausência de democracia do seu próprio funcionamento interno.

Kalidás Barreto, um dos visados por este ataque da direcção do PS, denuncia esta medida tomada a golpe dentro do partido, já que este comunicado do secretariado contraria a decisão da Comissão Nacional do PS que fora a de remeter a questão para a discussão aos sindicalistas do partido voltando posteriormente à Comissão para a discussão.

Finalmente o comunicado do PS reafirma o apoio ao Grupo da «Carta Aberta» e anuncia o propósito de criar «sindicatos democráticos» (paralelos aos existentes?) em certos sectores nomeadamente para trabalhadores rurais.

Apesar de todas estas teses e análises que levariam directamente à defesa do pluralismo sindical e à criação de uma central sindical paralela, o comunicado não vai tão longe. O documento Gonelha afirma mesmo que «considera não haver condições» para ser criado aquilo que o PS denomina de «uma verdadeira central democrática».

É que sem ovos não há omoletas... E ao PS faltam sindicatos para construir qualquer confederação.

Significativamente, ainda no passado fim-de-semana em reunião da Carta Aberta, em Coimbra, onde foram eleitos dois novos sindicatos para fazerem parte da comissão de redacção (em substituição de dois anteriores membros que se afastaram daquela corrente) venceram sindicatos afectos ao PPD, o que reflete o recuo do PS no Campo Sindical.

A POLÍTICA DO GOVERNO SAI CARA AO PARTIDO

E não admira que assim seja pois a política anti-popular que o Governo desenvolve tem forçosamente de custar caro em apoio, em prestígio e em votos ao PS.

O facto de não ter conseguido encher o Campo Pequeno no Comício realizado a 24 de Abril é tema em que a direcção do PS deve pensar maduramente.

O PS ao falar em esquerda e actuar à direita, ao falar (embora cada vez mais raramente...) em socialismo e dar a mão aos capitalistas, mais não faz do que afastar-se cada vez mais daqueles que o têm apoiado.

Os milhares de trabalhadores enganados pelas falinhas mansas de Soares já abriram os olhos.

O que agora é necessário é que saibamos fazer com que a política reaccionária do PS não redunde em reforço da direita, em saudade do antigamente. A crise que hoje vivemos não é fruto do 25 de Abril mas sim da recuperação capitalista hoje em marcha.

O sofrimento e a exploração do povo só terminarão com a vitória do Socialismo, com o poder para o povo.

Por isso, a luta continua!

EANES AMEAÇA...

A encerrar as comemorações oficiais do 25 de Abril, Ramalho Eanes discursou na Assembleia da República. A aparente ambiguidade do que disse apenas torna mais indirectas as ameaças ao Governo PS de, em nome da eficácia e da defesa da democracia (pobres valores como andam rebaixados!), lançar mãos de soluções direitistas como sejam a formação de um governo de «maioria presidencial» PS, PPD, CDS.

A começar, Eanes faria uma análise muito «sua» das origens da crise actual: «o desencantamento que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e de erros». E sublinharia ainda mais a crítica ao período de avanço das lutas dos trabalhadores que se seguiu ao 25 de Abril: «há que reagir pela via corajosa das reformas profundas as portas que o desvario revolucionário fechou».

Mais adiante, Eanes esclarece o seu conceito de eficácia e de recuperação da economia: «a recuperação da economia e a absorção do desemprego (...) dependem em larga medida do dinamismo da iniciativa privada». E prossegue «a regularização das indemnizações e a sua canalização para o investimento é por isso objectivo que o aparelho de Estado tem de conseguir com rapidez».

Estas afirmações tomam bem claro o sentido das palavras de Eanes quando afirma: «um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias de uma sólida base de apoio às medidas de salvação nacional que se reclamam». Que é este «entendimento de salvação nacional» senão o Governo de maioria de direita que os capitalistas reclamam? E para desfazer dúvidas, o PR acrescentaria: «ficaram do passado ligações e compromissos, assim como barreiras de desentendimento».

E não faltaram as ameaças de utilização da força (golpe de Estado constitucional?) caso as coisas não corram como deseja: «A verificar-se o agravamento da situação, a tranquilidade será restabelecida com as medidas de excepção adequadas». E não ficaria por aqui; acrescentaria: «Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da nação como sociedade livre onde valha a pena viver». E assumindo uma posição de força: «Para tal contribuição as Forças Armadas como parcela integrante da democracia...»

E Eanes terminaria no mesmo tom ameaçador: «Só a eficácia da democracia permite manter a estima do povo pelo regime democrático. E é ainda a defesa da democracia que exigirá a procura de alternativas que a garantam».

Como se vê a democracia tem as costas largas. E as palavras de Eanes (que já há muito deixou de falar no socialismo que a Constituição traça como objectivo...) denunciam propósitos que andam muito divorciados dos interesses das «classes mais desfavorecidas». Insatisfeito com o que o Governo PS tem feito pela recuperação do capitalismo, Eanes ameaça com uma alternativa que seja mais eficaz nesta tarefa.

COMO FORMAR UNIÕES DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

Muitos camaradas têm sugerido à redacção do «PP» que regularmente publique artigos que sirvam de orientação para levar por diante algumas formas particulares de organização dos trabalhadores, nomeadamente que envolvam questões de reconhecimento formal pela administração pública.

Neste sentido publicamos hoje um primeiro artigo da responsabilidade do Departamento do Comité Central para a Intervenção nos Campos, que procura responder a alguns dos problemas que se põem na organização das cooperativas na zona da Reforma Agrária. Fundamentalmente: Como levar por diante as **Uniões de Cooperativas** única forma de garantir a resposta firme e solidária de todos os trabalhadores aos ataques da Reforma Agrária.

A formação de uniões cooperativas é de importância vital para assegurar a defesa da Reforma Agrária.

Na verdade, só através da formação de uniões será possível ligar entre si, em termos estáveis e organizados, as cooperativas agrícolas de produção e, deste modo, dar-lhes maior capacidade de acção e garantir a ajuda mútua entre todos.

Por outro lado, a união representa o processo mais eficaz de assegurar a unidade entre os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores quando estes não pretendam formar cooperativas agrícolas de produção ou aderir a outras.

As uniões constituem ainda o quadro ideal para responder à necessidade de ligar as unidades de produção agropecuárias ao conjunto da economia regional, já que permite a interligação entre a actividade agropecuária e as actividades de transformação de produtos agrícolas, de abastecimento dos produtos necessários à agricultura, de comercialização de produtos agrícolas, de consumo dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores e respectivas famílias.

As questões mais importantes que se colocam na elaboração dos estatutos das uniões são as relativas aos sócios, aos fins ou objectivos a prosseguir e aos órgãos sociais. As restantes questões são semelhantes às dos estatutos das cooperativas, e, como tal, não levantam dificuldades.

ASPECTOS CENTRAIS DOS ESTATUTOS DE UMA UNIÃO COOPERATIVA

Sócios

Artigo — A união tem sócios colectivos: e sócios individuais:

1.º — Podem ser sócios colectivos:

a) Cooperativas de produção agrícola;

b) Outras cooperativas ou empresas sob controlo dos trabalhadores;

2.º — Podem ser sócios individuais:

a) Pequenos e médios agricultores da região, considerando-se pequenos e médios agricultores os que cultivam directamente a terra, predominantemente com trabalho próprio, e dessa actividade retirem os seus meios de subsistência;

b) Trabalhadores que exerçam a sua actividade no quadro da união.

c) Todos aqueles que a união considere útil admitir como sócios.

Fins

Artigo

A união tem como fins:

a) Promover por todas as formas e meios legítimos ao seu alcance, a articulação das empresas associadas e a sua interligação com o conjunto da economia regional e nacional em todos os domínios de actividade em que se verifique mútua vantagem;

b) Promover, organizar e centralizar a compra em conjunto de todos os produtos e artigos necessários à actividade agropecuária e à subsistência dos trabalhadores que integram as cooperativas ou empresas associadas e dos sócios individuais e respectivas famílias;

c) Promover a comercialização e a colocação nos mercados de consumo de todos os produtos, transformados ou não, provenientes das explorações agropecuárias dos sócios por forma a obter a sua máxima valorização;

d) Promover, organizar e centralizar a prestação de assistência técnica, contabilística e financeira aos sócios;

e) Adquirir para uso dos sócios máquinas e alfaias agrícolas;

f) Estabelecer oficinas de reparação de máquinas e outro equipamento agrícola ou de transformação de produtos agrícolas;

g) Estabelecer oficinas tecnológicas de transformação de quaisquer produtos ou pecuários e proceder à sua comercialização;

h) Desenvolver o espírito de cooperação e de solidariedade entre todos os sócios e promover todas as medidas que contribuem para fortalecer e alargar a base natural de tal cooperação e solidariedade, não só no domínio da produção como em todos os que se revelarem úteis para o efeito.

Órgãos sociais

Artigo — A assembleia geral é constituída por delegados dos sócios, sejam colectivos, sejam individuais.

1.º — **O número de delegados será de um por cada cinco sócios individuais ou por cada cinco elementos das cooperativas ou empresas associadas.**

2.º — Os delegados dos sócios colectivos serão eleitos em assembleia geral ou plenário de trabalhadores;

3.º — Os delegados dos sócios individuais serão eleitos em plenário desta categoria de sócios;

4.º — Na assembleia geral podem participar, sem direito a voto todos os sócios individuais e todos os elementos das cooperativas ou empresas associadas.

Artigo — Os sócios individuais têm direito a fazer-se representar por um delegados na direcção, conselho fiscal e mesa da assembleia geral respectivamente, o qual fará obrigatoriamente parte de cada um destes órgãos.

Trabalhadores de várias cooperativas ajudam a lavrar terras duma cooperativa sem máquinas — as vantagens da União

A CRISE ECONÓMICA DO CAPITALISMO PORTUGUÊS (II)

A crise económica que atravessa o capitalismo portugês não é a consequência das transformações ocorridas depois do 25 de Abril (v. «PP» n.º 58), nem tão pouco encontra explicação adequada nos limites das nossas fronteiras.

A crise económica que vivemos é a crise de uma economia baseada na **sobrexploração** dos trabalhadores, com salários de miséria e elevadas taxas de lucro que o movimento reivindicativo e político das massas trabalhadoras pôs em causa.

É a crise de uma economia baseada na **exploração ultracolonialista** das economias e povos das antigas colónias, agora privada dessa fonte «inesgotável» de lucros chorudos pela luta vitoriosa dos angolanos, guineenses e moçambicanos, que hoje edificam nações livres e independentes nos seus países, onde não há lugar para a exploração neocolonialista.

É a crise de uma economia onde o capital estrangeiro se instalou nas últimas duas décadas para aproveitar o baixo nível dos salários e a «paz social» impostos pelo fascismo, e que depois do 25 d Abril vem torcendo o nariz às justas reivindicações do povo e fazendo as malas para ir explorar outros povos que ainda não conheceram o seu 25 de Abril. É a crise de uma economia altamente dependente comercial, financeira e tecnologicamente, onde a recessão do capitalismo mundial se faz sentir de forma muito intensa.

Algumas causas da crise:

As lutas das massas trabalhadoras puseram em causa a sobreexploração de que eram vítimas

O fim da fonte inesgotável de lucros chorudos que as colónias representavam

A ingerência imperialista

REFLEXOS DA CRISE IMPERIALISTA

A nossa época pode caracterizar-se de um ponto de vista económico, pela definitiva **internacionalização** do reprodução e acumulação capitalistas, isto é, ganharam dimensão mundial a produção capitalista, a circulação e mercados de capitais e mercadorias, a acumulação de lucros dos capitalistas pela apropriação da mais-valia produzida pelo proletariado mundial.

Mas esta extensão à escala mundial do modo de produção capitalista nao significou uma nivelação mundial das condições sociais de produção. Quer dizer, é do interesse das grandes metrópoles imperialistas a divisão internacional do trabalho reinante que atribui a países periféricos um conjunto de actividades produtivas ligadas à parte do processo de produção de numerosas mercadorias que requerem força de trabalho mais numerosa e menos qualificada, remunerada a preços inferiores aos dos seus países. Assim acumulam lucros superiores as empresas multinacionais, sobrexplorando o proletariado dos países dependentes.

Este processo generalizou-se pela internacionalização das instituições financeiras, facilitando o movimento do capital-dinheiro à escala mundial.

Ora a crise financeira e monetária internacional que se acentuou a partir de 1971 surgiu como uma crise de financiamento da produção capitalista. As taxas de investimento nas metrópoles imperialistas decaíram brutalmente nos últimos anos, e consequentemente a exportação de capitais. Inversamente, aumentou o repatriamento dos lucros das multinacionais. Crise profunda do capitalismo, agudizada pelo aumento dos preços das matérias-primas a partir de 1970 (do petróleo a partir de 73), generalizou-se a contenção de «stocks» com fins especulativos, o que levou a quebras do comércio internacional, e a inflação como salvaguarda das taxas de lucro ameaçadas. A produção decaiu, o desemprego aumentou, muitas empresas reduziram os horários de laboração, as restrições à imigração multiplicaram-se. O capitalismo americano (menos afectado pelo aumento dos preços das matérias-primas) fez, de resto, cair parte dos custos da recessão internacional sobre os países capitalistas da Europa ocidental. Certa recuperação já conseguida fez-se à custa de investimentos prioritariamente nos países capitalistas dsenvolvidos.

Nese quadro se pode medir bem o alcance da política actual do Governo de Soares assente nas «ajudas» dos imperialistas, na integração europeia e no relançamento das remessas dos emigrantes para diminuir o défice da balança de pagamentos...

DEPOIS DO IMPÉRIO COLONIAL

O fim do império colonial português, e apesar das episódicas tentativas (abortadas) neocolonialistas de Jorge Jardim e companhia, em Moçambique, ou mesmo da 2.ª guerra de libertação de Angola, continha já uma condenação sem recurso para as ambições do capital financeira português de continuar a sugar as riquezas das ex-colónias.

De resto, os últimos anos do domínio colonial-fascista em Angola e Moçambique estavam já marcados por uma crescente integração das economias coloniais na órbita comercial, financeira e económica do imperialismo, a economia portuguesa assumindo cada vez menos as rendosas funções de «intermediário» entre as colónias e os mercados mundiais. A importância da balança comercial entre Portugal e as colónias minguava em relação às trocas com outros países, de um lado como do outro.

Claro que, quem se ressentia e mais se ressente disto são aqueles sectores menos concentrados da indústria, dependentes dos mercados de matérias-primas coloniais, habituados aos baixos preços preferenciais e que aí encontravam tradicionalmente mercados certos e protegidos para os seus produtos.

Do ponto de vista do enquadramento de Portugal no sistema imperialista a importância do nosso País como elo entre as metrópoles imperialistas e as regiões submetidas à dominação colonial-fascista vinha, pois, diminuindo nos últimos anos. Só isso explica o isolamento político e diplomático que atingiu o regime de Salazar e Caetano. O acesso à independência dos povos colonizados da África e Ásia converteu-se, desde o pós-guerra, numa marcha irresistível que as potências coloniais procuraram recuperar, com êxito em muitos casos, através de uma ingerência política, militar e económica diferente da que caracterizou os velhos impérios coloniais.

O centro imperialista olhava Angola e Moçambique, nomeadamente, não através das lentes estreitas dos óculos de Caetano mas directamente, com vistas largas, para vislumbrar **burguesias nacionais** capazes de dirigir uma independência formal dessas nações salvaguardando a exploração e a dominação imperialistas.

O mérito de que outra tenha sido a marcha da história cabe por inteiro à luta dos povos das ex-colónias portuguesas!

E assim sendo, o que resta à burguesia portuguesa? Uma **integração subalterna** no sistema imperialista, onde trafique mão-de-obra barata por migalhas do «bolo» que constitui a mais-valia extorquida aos trabalhadores de todo o mundo.

PLANOS NOVOS IDEIAS VELHAS

A política actual de recuperação capitalista conduzida pelo Governo de Soares procura chegar justamente a esse objectivo de integração subalterna do nosso País no sistema económico imperialista. Vamos então por partes.

1) Conter os salários para elevar a taxa de lucro.

Este o objectivo mais evidente para todos os trabalhadores portugueses na actual «reanimação» económica de que se fala. A subida em flecha dos preços e os entraves postos à elevação dos salários são o mecanismo de efeitos mais imediatos para recompor uma taxa de lucro atractiva para os capitais nacionais e estrangeiros.

Como nos indicam as estatísticas oficiais, se o poder de compra dos trabalhadores aumentou de 7,5 por cento em 1974 e 10,7 por cento em 75, só os últimos meses de 76 operaram um decréscimo de 4,4 por cento (ver «PP» n.º 57). Isto é, o salário **real** tem vindo a sofrer rudes golpes. Basta dizer que se o custo de vida subir tanto em 1977 como no ano passado (e tudo indica que subirá mais) um salário de 6 mil escudos no início de 76 valerá apenas 4 mil e quinhentos escudos no final deste ano... Para os saudosistas do 5.º Governo Provisório tudo se resume às maravilhas económicas da política de V.Gonçalves que o VI Governo e Soares atraiçoaram. Mas a realidade é um pouco mais complicada. A política dos governos provisórios até 76 limitou-se a suster administrativamente os preços dos produtos essenciais pela pressão do movimento popular, sem efectuar verdadeira reconversão que tomasse tanto o sector público como a mobilização dos trabalhadores para a edificação económica ao serviço da satisfação das necessidades e mautênticas alavancas do crescimento económico; a eliminação desses tampões administrativos pelos Governos seguintes pressionados pelos capitalistas portugueses e os imperialistas revelou apenas tensões inflacionárias existentes, como se de mola comprimida se tratasse.

Para já, o patronato meteu ao bolso cerca de 700 escudos por trabalhador se antendermos à diferença entre o acréscimo do salário mínimo nacional em 76 e o aumento necessário para ter acompanhado a subida do custo de vida (30 por cento em 1976)... Este ano as coisas não se desejam diferentes, visto que, em relação aos aumentos salariais, o Governo pretende mantê-los condicionados ao máximo dos 15 por cento. Acrescente-se os efeitos da desvalorização do escudo, que se repercute no aumento do custo de vida através dos bens de consumo que se importam agora mais caros (nomeadamente bens alimentares) e do encarecimento das manufacturas que usam matérias-primas importadas, e teremos um quadro aproximado das tendências que actuam a favor da queda do salário real dos trabalhadores.

Em conclusão: a recuperação capitalista comprime os salários e eleva os preços para aumentar a taxa de lucro; **mas prescinde igualmente de alargar o mercado interno através do aumento do poder de compra dos trabalhadores.** Veremos a seguir as consequências económicas deste facto.

2) Fazer tábua-rasa das necessidades básicas dos trabalhadores.

A recuperação capitalista em Portugal não oferece a perspectiva de «agarrar» os níveis de vida e consumo da Europa capitalista (para não falar dos EUA). Antes se orienta para expandir um **sector de exportação**, mais menos diversificado, que o embaratecimento da força de trabalho torne atraente para os capitais nacionais e, sobretudo, estrangeiros.

Eram já os conselhos dos economistas imperialistas que, na Conferência realizada o ano passado, diziam: «... as mais importantes indústrias exportadoras como os alimentos, os têxteis e vestuário, a madeira, os produtos de cortiça e as máquinas eléctricas e não eléctricas, **estão na quase totalidade em mãos privadas**. Ao mesmo tempo estas são as indústrias onde Portugal tem maiores possibilidades de incrementar as exportações». E ainda; «... Portugal tem de encontrar o meio termo entre as indústrias capital intensivas e tecnologicamente avançadas dos países desenvolvidos da Europa e as indústrias intensivas em mão-de-obra não especializada dos países da Convenção do Daomé e do Norte de África, os quais podem exportar produtos manufacturados, livres de direitos, para o Mercado Comum Europeu».

E as medidas práticas consequentes com esta perspectiva aí estão: desvalorização do escudo para facilitar os investimentos estrangeiros e as exportações, à custa do agravamento das condições de vida para o povo; reformulação das limitações legais ao investimento estrangeiro; agravamento da repressão sobre as reivindicações dos trabalhadores, despedimentos, etc.

Temos, pois, que o modelo económico, que a burguesia portuguesa aponta para a superação da crise económica é o que assenta na expansão do sector de exportação. Não se trata do caso típico dos países da África e América do Sul — em que o sector de exportação é exclusivamente constituído por indústrias à base de mão-de-obra não qualificada, sem exigências tecnológicas nem de investimentos dispendiosos em capital constante.

O que o imperialismo aponta e a burguesia portuguesa aceita é o desenvolvimento de algumas indústrias manufactureiras (já vimos quais) de tecnologia pouco avançada e necessidade de farta e barata mão-de-obra pouco especializada.

Sendo assim, os investimentos (em que parcela substancial provirá de empréstimos externos) orientar-se-ão **fazendo tábua-rasa das necessidades básicas da população trabalhadora.** Em vez da substituição de importações que alargue a produção industrial nacional ao encontro das necessidades populares incremento das exportações que convêm ao estrangeiro... Apenas crescerá o «consumo de luxo», próprio das camadas privilegiadas da sociedade, arrastando necessariamente o acréscimo das importações supérfluas, de par com a proletarização das classes populares, a pauperização do proletariado e a decadência mais acentuada de vastos sectores de pequenos e médios empresários na indústria e na agricultura. E, claro, algumas estreitas faixas de trabalhadores terão de participar nas migalhas desse consumo de luxo, para introduzir a divisão nas massas...

Para outra coisa não serve o ataque à redução no leque salarial efectuada nestes anos de 1/7,3 em 73 para a proporção de 1/4,3 em 75).

3) Reabrir as portas à «generosa» iniciativa privada

Da definitiva reimplantação da lógica capitalista da maximização do lucro depende a boa condução da recuperação capitalista. E se politicamente certamente se virão a impor soluções diferentes do actual Governo PS, as traves-mestras da política económica estão já sendo lançadas volvertudo o que é possível ao patronato e já! Eis a divisa que vem sendo pressurosamente praticada pelo actual Governo.

Sob a capa de liquidar as sequelas do «gonçalvismo» avançam as desintervenções, readequa-se a legislação quanto a despedimentos e negoceia-se a reentrada dos capitalistas expropriados nos sectores nacionalizados.

Em próximo aritgo abordaremos detalhadamente os mecanismos previstos para tal e como se articulam com a crescente ingerência imperialista em Portugal.

(continua)